

CADERNOS
PROARQ 20

MARCELA SILVIANO BRANDÃO LOPES E DENISE MORADO NASCIMENTO

Por um olhar ampliado sob as práticas arquitetônicas

For an expanded vision under the architectural practices

Marcela Silviano Brandão Lopes é Engenheira Civil, Arquiteta, Mestre em Teoria, Produção e Experiência do Espaço (NPGAU, UFMG) e doutoranda na mesma instituição. Pesquisadora do grupo de pesquisa Práxis (Práticas Sociais no Espaço Urbano – UFMG). E-mail: marcelasbl@hotmail.com.

Denise Morado Nascimento é Arquiteta e Urbanista, tem Mestrado pela University of York, Inglaterra, e Doutorado em Ciência da Informação pela Escola da Ciência da Informação/UFMG. É professora da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, líder do Grupo de Pesquisa PRAXIS (Práticas Sociais no Espaço Urbano – UFMG). E-mail: dmorado@gmail.com.

RESUMO

A partir dos conceitos de limites e fronteiras proposto por Hissa (2007), atribui-se ao termo periferia (e país periférico) um duplo caráter, por meio do qual foi feita uma leitura mais ampla da produção arquitetônica do Brasil. Iniciou-se pela apresentação de algumas características da configuração e dos mecanismos de funcionamento da prática hegemônica vigente, e foram percebidas algumas falácias embutidas nessa lógica produtiva, bem como alguns de seus efeitos colaterais. Em seguida, buscaram-se as produções fora do circuito formal, cuja abordagem predominante é feita sob um olhar exclusivamente negativo, e se propôs uma percepção de outra ordem, tendo em vista sua capacidade inventiva, tanto no aspecto espacial, quanto construtivo. Recorreu-se, para tal, ao conceito de resíduos proposto por Lefebvre (1967), ao caráter subversivo das táticas cotidianas percebido por Certeau (1994) e às resistências criativas anunciadas por Foucault (1979) e Deleuze (2006). Identificou-se o momento atual propício para a infiltração na vida das pessoas de outros valores além daqueles instituídos pelo sistema, tendo em vista que essa capacidade foi incrementada pela internet e pelas redes sociais. Diante disso, acredita-se que houve um aumento de condições para contaminações recíprocas (AGAMBEN, 2007) entre as práticas, que permite que haja a profanação de conceitos sacralizados a partir da modernidade – a começar pela noção de “tempo eficiente” –, conceitos esses associados a critérios que se baseiam exclusivamente na produtividade e economia dos meios. Encontrou-se na noção de “tempo topológico” (PELBART, 2010) e múltiplo uma possibilidade de ampliação do presente (SANTOS, 2002) e, conseqüentemente, uma ampliação dos critérios de validação das experiências, abrindo horizontes para uma abordagem mais crítica e política pelos arquitetos dos problemas e soluções que se apresentam na prática da profissão.

Palavras-chave: Contágio. Práticas arquitetônicas não-hegemônicas. Transformação.

Abstract

From the concepts of limits and boundaries proposed by Hissa (2007) we understand the term periphery (and peripheral country) in two ways as we made a wider reading of architectural production in Brazil. We begin by presenting some features of the configuration and the operating mechanisms of the prevailing hegemonic architectural practice and, afterwards, we realize some logical fallacies embedded in this production and some of its side effects. Then, we look at the production of the outside formal circuit, in which predominant approach understands it under a purely negative overview, in order to propose another perception, given its inventiveness, both in the spatial and constructive aspects. We apply the concept of resíduos proposed by Lefebvre (1967) to the subversive daily tactics noticed by Certeau (1994) and also to the creative resistance announced by Foucault (1979) and Deleuze (2006). We identify the current moment as important to the infiltration in the lives of people of other values beyond those imposed by the system, given that the internet and the social networks have enhanced the scenario. Therefore, we believe that there are an increment of conditions for contamination (AGAMBEN, 2007) between practices, which allows the desecration of sacralized concepts from modernity, starting with the notion of “efficient time”, associated with criteria which are solely based on productivity and economy of means. We found the concept of “topological time” (PELBART, 2010) and the possibility of multiple expansion of the present (SANTOS, 2002) and, then, an expansion of the criteria for validation of experiences, thus opening up to a more critical and political approach by the architects of the problems and solutions that arise in professional practice.

Keywords: Contagion. Non-hegemonic architectural practices. Transformation.

Introdução

Sob o ponto de vista de uma convenção geográfica arbitrada pelos europeus, estamos abaixo da Linha do Equador. Sob o ponto de vista econômico, estamos na periferia do circuito hegemônico dos países centrais. Mas, se estar abaixo ou fora não são necessariamente atributos positivos, a diferenciação proposta por Hissa (2007) entre limites e fronteiras parece interessante para se que use o termo *periférico* para falar do Brasil, sem de antemão assumir qualquer juízo de valor:

Focaliza-se o limite: ele parece consistir de uma linha abstrata, fina o suficiente para ser incorporada pela fronteira. A fronteira, por sua vez, parece ser feita de um espaço abstrato, areal, por onde passa o limite. O marco de fronteira, reivindicando o caráter de símbolo visual do limite, define por onde passa a linha imaginária que divide territórios. Fronteiras e limites ainda parecem dar-se as costas. A fronteira coloca-se à frente (front), como se ousasse representar o começo de tudo onde exatamente parece terminar; o limite, de outra parte, parece significar o fim do que estabelece a coesão do território. O limite, visto do território, está voltado para dentro, enquanto a fronteira, imaginada do mesmo lugar, está voltada para fora como se pretendesse a expansão daquilo que lhe deu origem. O limite estimula a ideia sobre a distância e a separação, enquanto a fronteira movimenta a reflexão sobre o contato e a integração. Entretanto, a linha que separa os conceitos é espaço vago e abstrato (HISSA, 2007, p. 34, grifo do autor).

Um país periférico pode ser um país cujas “fronteiras interrogam limites”, e cujas “aberturas borram limites que se transformam em territórios de contato” (HISSA, 2007, p.34). Se a extensão da costa brasileira se torna susceptível às contaminações e contágios além-mar, a largura, não tão menos extensa, garante sutilezas a serem ainda desbravadas.

Mesmo nos importantes centros urbanos, pode-se encontrar outras maneiras singulares de fazer, outras táticas cotidianas (CERTEAU, 1994), outros mundos e outros valores (NANCY apud PELBART, 2010), outras potências atuando em outros eixos (DELEUZE, 2006).

Ou seja, há um caráter duplo e paradoxal dessa configuração. Se essa dubiedade pode parecer confusa – país periférico, emergente, em desenvolvimento – é justamente por conta dela que se pode supor que haja aqui brechas para escapar da trama tecida pela lógica hegemônica, baseada exclusivamente no progresso e na acumulação material.

Além disso, percebe-se uma condição favorável à visibilidade e ao incremento de outras práticas arquitetônicas, além das já institucionalizadas, em função de uma força crescente das novas mídias de comunicação, por meio das quais está, cada vez mais, sendo feita a divulgação de informações e de modos de vida diversos, que são completamente ignorados pelas grandes redes oficiais de comunicação.

O objetivo deste texto é expandir o olhar sobre as práticas arquitetônicas, evidenciando aquelas que costumam ser ignoradas pelo modelo dominante, para que a partir de uma contaminação recíproca, possa-se afirmar a função social da arquitetura, tão negligenciada na contemporaneidade.

Práticas arquitetônicas hegemônicas: configuração e funcionamento

Durante muito tempo, o aprendizado e a produção da arquitetura colonial brasileira aconteciam, basicamente, por meio das corporações de ofício e canteiros de obra. Contudo, essa configuração dos saberes construtivos começou a mudar após a vinda da família real portuguesa ao Brasil, tendo em vista a criação, em 1808, da Academia de Artes e Ofícios no Rio de Janeiro, posteriormente promovida a Academia Imperial, dando início ao **ensino acadêmico** de arquitetura no país.

Se no Rio de Janeiro a Faculdade de Arquitetura esteve ligada ao curso de Belas Artes até 1931, a de São Paulo esteve vinculada à Escola Politécnica de Engenharia até 1948, quando, então, adquiriu sua autonomia. Ou seja, tanto os vínculos artísticos da primeira, como os técnicos da outra marcaram a formação de cada uma, e ainda hoje podem ser percebidos nas suas diretrizes curriculares.

Por sua vez, a Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, criada em agosto de 1930, foi a primeira da América do Sul sem filiação nem às Belas Artes, nem às Politécnicas. Mas, como tal processo foi contemporâneo ao governo municipal de Juscelino Kubitschek (JK), ou seja, coincidiu com a realização de várias obras na cidade, inclusive a da Pampulha, as diretrizes dessa escola foram marcadas pelas referências modernistas, eleitas como emblema desenvolvimentista de JK.

Outro ponto importante da arquitetura brasileira se refere ao **modelo de “arquiteto de sucesso”**, criado principalmente a partir da grandiosa trajetória de Niemeyer, responsável pela associação, ainda muito recorrente, ao protótipo ideal almejado pela maioria dos estudantes, a do arquiteto como “gênio criador”. Esse modelo não é exclusivo do Brasil, ao contrário, grandes arquitetos dos países centrais influenciam todo um imaginário, tanto lá, quanto aqui. Arantes (2012) afirma, inclusive, que se está vivendo uma revolução similar à ocorrida na renascença, na medida em que os atuais meios digitais permitem a criação de “obras de livre imaginação” assinadas por um “arquiteto-estrela”.

Apesar de essa revolução digital, no caso do Brasil, com relação às nossas **tecnologias construtivas**, o modernismo contribuiu para uma “preferência” pelo concreto armado nos centros urbanos, que é praticamente “naturalizada” ainda hoje. A adoção do material na construção de Brasília foi respaldada tanto pelas formas curvas de seu criador, como também pelo “Plano de Metas” elaborado no governo de JK. Observa-se que aqui, como em outros lugares, a adoção de um estilo e um material construtivo não está dissociada de políticas e interesses econômicos.

No caso de Belo Horizonte, até houve, quase 40 anos mais tarde, uma tentativa de

mudança de sistema estrutural para a opção metálica. Mas, isso aconteceu em função da presença forte da Usiminas no mercado dos anos 1980, que encontrou um grupo de jovens arquitetos interessados em romper com a “tradição” modernista da cidade, como aponta Nascimento (2005). Ou seja, novamente a tecnologia construtiva encontrava um “estilo” arquitetônico para respaldá-la. Hoje em dia o sistema convencional – estrutura em concreto armado e vedação em alvenaria de tijolo furado – continua sendo predominante.

Associada à institucionalização da transmissão dos saberes arquitetônicos, o papel exercido pelos **Conselhos Profissionais** contribui para garantir e afirmar as barreiras aos profissionais não credenciados pelo saber universitário. No caso brasileiro, até bem pouco tempo, arquitetos e engenheiros eram regulamentados e fiscalizados pelo mesmo conselho, provocando uma confusão sobre as habilitações específicas de cada um. Segundo Santos (s/d, p. 13), esse fato se explica pela ideologia que norteou a criação dos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia (CREAs), vinculada à lógica politécnica, baseada em um conhecimento fragmentado, cujo objetivo maior era sua operacionalização, resultando na redução da arquitetura a um ramo da engenharia.

Outro dispositivo que nos últimos anos reconfigurou a prática da arquitetura e da engenharia brasileiro foi o **código do consumidor**. Em Belo Horizonte, até os anos 1980, era comum que a construção de edifícios fosse executada por pequenas empresas, cujo capital era proveniente de um grupo de investidores leigos, que contratavam um engenheiro para a condução da parte técnica. Os projetos, principalmente os de instalações, eram muitas vezes definidos durante a obra por empreiteiros experientes no assunto. O orçamento, quando era feito, era apenas usado como estimativa, visto ser este um período de grande inflação no país. Entretanto, o código do consumidor passou a ser mais cobrado, e as patologias na construção que surgiam no pós-obra começaram a ser fiscalizadas. Se, por um lado, o consumidor passou a ser mais protegido, cresceram as barreiras aos profissionais não habilitados pelas universidades e pelos conselhos, além de excluir de cena todos os sistemas e materiais construtivos que não possuem selos de qualidade, atestados pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) e pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT). Ou seja, sistemas e tecnologias validados pela tradição perdem, cada vez mais, a chance de se manterem como opção construtiva.

Associada a isso tudo, nos últimos anos houve na arquitetura brasileira uma “**profissionalização**” do setor, que passou a incluir novos agentes em obras de médio e grande porte: incorporadores, construtores, gerenciadores, advogados e publicitários. Nesses casos, o incorporador é, na maior parte das vezes, o responsável pela concepção do empreendimento, em parceria com as imobiliárias, o que o torna também o responsável pela contratação de um escritório de arquitetura para a elaboração do projeto, normalmente apenas até a fase do Anteprojeto.

O construtor, por sua vez, costuma ser o responsável pela contratação de todo corpo técnico, e, eventualmente, outro escritório de arquitetura é chamado para a aprovação, sendo que, posteriormente, outro pode ser contratado para o detalhamento das áreas mais nobres da edificação ou simplesmente para o tratamento das fachadas. Eventualmente podem ser encomendados os projetos executivos, mas, como, na maior parte das vezes, eles acontecem durante a execução da obra, acabam se aproximando daqueles mais conhecidos como *as-built*, importante documento de apoio ao código do consumidor (LOPES, 2009). Ou seja, cada vez mais se afirma a transformação da edificação em mercadoria, cuja produção é gerenciada sob uma lógica empresarial do trabalho, regida pela economia dos meios e eficiência técnica, sendo totalmente ignorada sua relação com a cidade na qual será inserida, no que se refere às questões sociais e políticas.

Paralela a essas mudanças surgiu outra: a transformação crescente de moradores em **consumidores** do espaço, em prontidão tanto para a sua aquisição, quanto para a reclamação de seus defeitos. Para atraí-los, “novidades” arquitetônicas são sistematicamente incorporadas ao projeto: espaço *kids*, espaço *teens*, espaço *gym*, espaço *gourmet*... Esses atrativos não são exclusivos das edificações destinadas à classe média ou alta. Nas devidas proporções, todas as faixas sociais do país devem desejá-los (Figura 1).

Figura 1

Folheto Publicitário.

Fonte: <http://lancamentos.vivanuncios.com/mpreendimentos+criciuma/residencial-sol-di-toscana-r-89-500-sta-luzia---otimo-preco-/48507484>



E para que essa transformação se afirmasse, cresceu nessa dinâmica a importância da difusão dos valores que produzem mais consumo. Segundo Arantes (2012), a partir do século XX, a divulgação e discussão dos preceitos do campo hegemônico da arquitetura ganharam amplitude por meio, principalmente, das revistas especializadas, acompanhada, de um lado, por uma diminuição da escrita de ensaios críticos, e por outro, pela valorização do papel dos fotógrafos na cena arquitetônica:

Com a rarefação crítica em todos os níveis, os fotógrafos passaram a substituir o papel dos críticos de arquitetura, não apenas em função da prevalência das imagens em relação aos textos, como também pela capacidade que têm de indicar os critérios de julgamento da arquitetura, propor temas e farejar jovens promessas (ARANTES, 2012, p. 264).

Mesmo que Arantes (2012) esteja nessa citação se referindo às grandes obras produzidas pela “alta arquitetura”, pode-se identificar tais transformações,

também, na produção arquitetônica de caráter comercial, ainda que acompanhada de menos pompa e ousadia. No caso do Brasil, além das revistas locais voltadas para o público especializado (PROJETO, AU etc.) – que contribuem para formar o “gosto” (STEVENS, 2003, p.87) dos estudantes de arquitetura – existem outras revistas em circulação com enfoque para o mercado (Arquitetura e Construção, Casa Claudia, Casa & Jardim), que contribuem para a formação da opinião pública. Essas publicações são produzidas no forte eixo São Paulo-Rio de Janeiro. Em Belo Horizonte, nos anos 1980, um grupo lançou na cidade uma revista – a Revista Pampulha –, com o intuito de promover discussões sobre os valores predominantes no campo¹. Nascimento (2005) identifica nesse processo uma tentativa, com relativo sucesso, de mudança referencial de validação do capital simbólico² vigente, sem, contudo, provocar um questionamento real do funcionamento da prática arquitetônica, o que implicaria, necessariamente, a incorporação de discussões e debates sobre as importantes questões sociais e políticas da realidade brasileira. No entender de Nascimento (2005), houve apenas uma alteração da posição desse grupo no campo arquitetônico: “de vanguarda para dominantes” (NASCIMENTO, 2005, p.170).

Entretanto, muitas revistas passaram a ser veiculadas por meio do ciberespaço, sinalizando, assim, o rompimento de várias barreiras relativas à publicação, além de uma abertura para o surgimento de novos editores e destinatários. Há, pois, uma incipiente, mas crescente, desierarquização e desburocratização do acesso à circulação de uma informação e, ao mesmo tempo, uma transformação de rígidos critérios de avaliação em parâmetros mais difusos. Com isso, estamos mais sujeitos a um bombardeio de imagens e valores hegemônicos por meio da internet, mas, ao mesmo tempo, abriu-se a possibilidade de todos divulgarem suas próprias percepções e valores, o que sinaliza uma grande mudança em processo.

1. Um microcosmo, isto é, um pequeno mundo social relativamente autônomo no interior do grande mundo social. Nele se encontrará um grande número de propriedades, relações, ações e processos que se encontram no mundo global, mas esses processos, esses fenômenos, se revestem aí de uma forma particular. É isso o que está contido na noção de autonomia: um campo é um microcosmo autônomo do macrocosmo social (BOURDIEU, 2011, p.194-195).

2. Bourdieu (2011) completa a definição de campo alertando que à anunciada autonomia corresponde dizer que cada campo possui “seu próprio nomos, que tem em si próprio o princípio e a regra de seu funcionamento” (BOURDIEU, 2011, p.195). Tal funcionamento, para Bourdieu, está condicionado aos capitais que interessam para a afirmação do campo disciplinar que se observa. Esses capitais podem ser de ordem econômica, social, cultural e simbólica.

Outras práticas, outras lógicas

Cada vez mais, estão-se submetidos a uma modernidade líquida (BAUMAN, 2001) e a um capitalismo imperial (HARDT e NEGRI, 2005), inclusive corporalmente, que mais fortalece a lógica hegemônica que visa apenas à acumulação e ao consumo. Por outro lado, como o fluxo de informações é agora multidirecional, as influências e interferências tornam-se mais “incandescentes” (SERRES, 2005). Ou seja, cada vez mais vulneráveis a uma submissão aos valores difundidos pela lógica do capital, mas, paradoxalmente, também mais capazes de se tornar atores, por meio de ações e contaminações heterogêneas, contribuindo para a multiplicidade dos possíveis. Nas palavras de Jean Luc Nancy (apud PELBART, 2010, p.2), se a globalização pode ser percebida como “perda de mundo, como imundo, im-mundo, imundialização”, ela é também “mundialização, criação de mundo, proliferação ontológica e axiológica, transvaloração de todos os valores”.

Sendo assim, a panorâmica descrita anteriormente, embora possa ser considerada hegemônica, não reflete toda sua complexidade, e como já afirmou Santos (2002, p.238): “a experiência social em todo o mundo é muito mais ampla e variada do que a tradição científica ou filosófica ocidental conhece e considera”.

No caso das práticas arquitetônicas, ela não contempla, por exemplo, a forma pela qual a grande maioria das habitações – destinadas à população pobre ou não – é produzida. De acordo com dados divulgados (ABRAMAT apud NASCIMENTO, 2011), a autoconstrução das moradias representa aproximadamente 77% do total da produção ou reforma das unidades habitacionais no país. E nessas construções as soluções encontradas são um híbrido daquelas tecnologias cujos materiais são facilmente adquiridos nos depósitos, com soluções surgidas na emergência da situação, que, apesar da precariedade – ou justamente por conta dela –, podem fazer emergir uma engenhosidade, percebida tanto nas associações e conexões entre os diferentes materiais comprados ou encontrados, quanto na maneira que conseguem otimizar e ampliar os espaços construídos (Figura 2).



Figura 2

A Casa mais estreita do mundo – Bahia.

Fonte: <http://www.folhadeparnaiba.com.br/2012/12/curiosidade-casa-mais-estreita-do-mundo.html>

Mesmo no caso das construções feitas pelas vias formais, apesar da rígida demarcação funcional projetada pelos arquitetos, as demandas da vida de cada um exigem constante “quebra de protocolo”, que pode ser identificada nas transformações dos espaços privados – como no caso das garagens que tornam-se lojas ou botequins, assim como vários acréscimos e adaptações feitos em quase todas as moradias³ – e nas apropriações criativas do espaço público (Figura 3).

FIGURA 3

Apropriação do passeio –
Bairro Jardim Canadá,
Nova Lima, MG.

Fonte:
Arquivo pessoal
dos autores.



Conforme Canclini (1997) chama a atenção, existe nessas soluções uma grande potência criativa, resultante da interação e hibridação de várias referências, locais, nacionais e transnacionais. Tal hibridação faz com que essa produção escape de qualquer ordem de valor dicotômica que separe o bom e o belo, o mau e o sem valor. A poética presente aí não está associada, necessariamente, a uma mão caprichosa e/ou a uma habilidade apurada. Trata-se de outra poética, carregada de urgência e de emergência, que surpreende pela forma inventiva e, às vezes, inusitada, de juntar e misturar, resultando em forma-ação, conteúdo e intenção em ato, estética e política hibridadas.

Chega-se, pois, ao importante e duplo papel das periferias, anunciado no início desse texto. A informalidade da organização do setor construtivo, como também a hibridação das soluções arquitetônicas costumam ser percebidas

3. O documentário “Dasgaragens” mostra como as transformações de garagens em estabelecimentos comerciais e outros usos não previstos se transformou em um fenômeno recorrente em um conjunto habitacional em Porto Alegre, RS. Para assisti-lo, acesse o link: <http://www.nomads.usp.br/virus/virus03/submitted/layout.php?item=4&lang=pt>.

exclusivamente pelo seu caráter negativo, o que não necessariamente é verdade, como afirma Santos (2008) quando compara as zonas “luminosas” com as “opacas”. Na primeira, a naturalização do instituído – inclusive dos objetos técnicos produzidos – e a regularização e racionalização dos espaços criam “uma mecânica rotineira, um sistema de gestos sem surpresa” (SANTOS, 2008, p.326). Em oposição, nas zonas opacas, a precariedade faz surgir o criativo, o aproximativo, o imprevisível. Ou seja, se a lente valorativa sobre a informalidade local for ampliada, pode-se entendê-la como sendo uma capacidade preciosa de flexibilidade e adaptação a situações difíceis encontradas aqui.

Arrisca-se afirmar que, no Brasil, a demarcação entre zonas luminosas e opacas não é totalmente exata. Possivelmente, predomina aqui um lusco-fusco, uma miscigenação generalizada, que de resto pode ser identificada na comida, na música, na religião, na moda e também no comércio informal e na autoconstrução. Entretanto, nem tudo é evidenciado, nem todas as práticas aparecem nas cartografias e estatísticas oficiais, até porque não configuram uma exceção homogênea, agrupável, classificável, mas, se mesmo assim fossem reconhecidas, com certeza não seriam minoria, apenas excedentes de um sistema que não consegue formatá-las.

Sendo assim, acredita-se haver um processo dinâmico e constante de criação e resistência, que se inventa e reinventa a cada tentativa de sua apreensão pelo poder hegemônico. Lefebvre (1967) denominou esse processo de “método dos resíduos”, sendo resíduo “tudo aquilo que escapa à sistematização de qualquer atividade que se autonomiza” e que, por isso, “resiste à alienação”. Tal resistência é preciosa justamente por roer e corroer internamente o sistema que pretende capturá-la, como também pelo seu poder poético, capaz de criar objetos, atos e situações, “sem omitir o imprevisível e o inesperado”. (LEFEBVRE, 1967, p.376-377).

Percebemos uma aproximação possível entre os “resíduos” de Lefebvre e as “maneiras de fazer” identificadas por Certeau (1994), também subversivas, por serem procedimentos cotidianos populares silenciosos – pelo menos na frequência da escuta das práticas institucionalizadas – de caráter antidisciplinador. A identificação feita pelo autor é acompanhada por sua indagação à análise desenvolvida por Foucault sobre o poder “vampirizador” dos dispositivos de controle das instituições:

Se é verdade que por toda parte se estende e se precisa a rede da “vigilância”, mais urgente ainda é descobrir como é que uma sociedade inteira não se reduz a ela: que procedimentos populares (também minúsculos e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los; enfim, que “maneiras de fazer” formam a contrapartida, ao lado dos consumidores (ou “dominados?”), dos processos mudos que organizam a ordenação sociopolítica (CERTEAU, 1994, p. 41).

A possibilidade de subversão das práticas cotidianas está associada à forma de agir “tática” da maioria delas, visto que, ao jogar com o imprevisível dos acontecimentos, transformam-nos em “ocasiões”, e, dessa maneira, “produzem, sem capitalizar”. Nesse ponto, elas se diferenciam das práticas institucionalizadas, que são “estratégicas”, pois agem a partir de um “cálculo das relações de força”, circunscrevendo sua ação em um lugar específico, “capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta” (CERTEAU, 1994, p. 46-47).

Completando essa abordagem, lembra-se que, apesar das críticas de Certeau (1994) à importância dada por Foucault (1979) aos dispositivos do poder, antes o próprio Foucault, em *A vontade de saber*, já anunciava a mão-dupla que se estabelece em uma relação de poder: “lá onde há poder há resistência, e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo), essa nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder” (FOUCAULT, 1979, p.90).

Deleuze (2006) avança nesse entendimento, na medida em que percebe as resistências anunciadas como sendo um “novo eixo”, e não apenas uma reação às relações entre saber e poder postas em jogo:

Se, no final da Vontade de Saber, Foucault chega a um impasse, não é devido à sua maneira de pensar o poder, é antes porque ele descobriu o impasse no qual o próprio poder nos coloca, tanto em nossa vida quanto em nosso pensamento, nós que nos colocamos contra ele nas mais ínfimas verdades. Só haveria saída se o lado de fora fosse tomado num movimento que o arrancasse ao vazio, lugar de um movimento que o desvia da morte. Seria como um novo eixo, distinto ao mesmo tempo do eixo do saber e do poder (...) não é um eixo que anule os outros, mas um eixo que já atuava ao mesmo tempo que os outros e os impedia de ficarem presos num impasse (DELEUZE, 2006, p. 103, grifo nosso).

Se o pensamento de Lefebvre (1967) e de Certeau (1994), como também a “Vontade de Saber” do próprio Foucault (1979), apresentam uma positividade na dinâmica entre o saber e o poder – acrescentando a ela a resistência –, Deleuze, duplicando essa ordem, ou seja, considerando que a criação é simultânea ao jogo de poder, acrescenta uma força ainda maior às possibilidades de transformação da vida.

Por fim, Agamben (2007) anuncia: é necessário um “contágio profano, um tocar que desencanta e devolve ao uso aquilo que o sagrado havia separado e petrificado [...] por meio de um uso (ou melhor, de um reuso) totalmente incongruente do sagrado” (AGAMBEN, 2007, p.59). Ou seja, além de se identificar os resíduos potentes da prática arquitetônica, é importante se contaminar com eles e proliferar sua capacidade criativa, se possível, de maneira epidêmica.

E para dessacralizar a lógica hegemônica vigente, sugere-se começar pela desmistificação da noção moderna de tempo, cronológico e acumulativo, traduzido por uma flecha linear rumo ao futuro e ao progresso científico e social, para partir para outra definição, de um tempo topológico, cheio de

multiplicidades incandescentes e contraditórias, que remete ao contemporâneo e ao futuro, simultaneamente, repleto de elementos que pertencem a diversos tempos, multitemporal. Tal transvaloração do tempo deve ser acompanhada pela diferenciação entre história e devir, visto que uma carrega o peso da acumulação, e o outro é acontecimento que desvia e salta para fora dos destinos preconizados e reservados pelos ideais totalizantes e opressores (PELBART, 2010).

Considerações Finais

No caso da prática da arquitetura, entende-se ser necessário ampliar o foco da validação de experiências diversas, e não apenas sobre aquelas subsidiadas pela lógica da produtividade e da eficiência, tendo em vista, inclusive, que tais pressupostos seriam, necessariamente, relativizados se considerados a partir da relação da edificação com sua cidade, suas relações políticas e sociais.

Por outro lado, não basta criar novas resistências aos sistemas instituídos. É importante, antes de tudo, identificar as práticas criativas já em ação, para, então, se associarem a elas, incrementando, assim, algo que já apresenta potência criativa anterior. Ou seja, identificar as ações que escapam à lógica hegemônica é o primeiro passo para agregá-las, e, com isso, evidenciar que, apesar de serem exceções, não são, necessariamente, minorias, bastando que sejam somadas para provocar turbulências mais potentes no sistema de poder vigente, contaminando e profanando as instâncias das quais foram apartadas pelo poder hegemônico.

E, se houver uma destituição do tempo eficiente como algo a ser perseguido, será possível libertar-se de um futuro prometido e abrir-se para um “presente ampliado” (SANTOS, 2002), no qual, no devir, poderá empreender experimentações, inaugurando um novo espaço-tempo arquitetônico e urbanístico, cujas relações sociais e políticas serão inseridas nessa discussão.

Não se trata, simplesmente, de uma mudança de “cardápio”. Não se preconiza aqui, na prática acadêmica ou profissional da Arquitetura e do Urbanismo, a mera repetição ou cópia de outro “estilo de época”. Entende-se ser necessário que tal prática seja contaminada por diversas maneiras de fazer, uma vez que essas não caracterizam o avesso de uma realidade que se pretenda normatizar, mas que são parte inerente e potente dessa mesma realidade. Além disso, não se pode ignorar a existência de uma capacidade inventiva aí, tanto em agregar diferentes instâncias de saberes, como na associação da técnica à intuição, da estética à política, da forma à ação.

Afirma-se que tal profanação da prática arquitetônica permitirá o resgate da sua função social, na medida em que a lógica produtiva será movida por outros pressupostos, além daqueles que valorizam apenas a economia e a acumulação dos meios.

Voltando a Santos (2008), é necessário desmistificar o “tempo veloz” dos modernos civilizados europeu e prestar atenção ao tempo dos homens “lentos”, aqueles que não se deixam levar pelas imagens pré-fabricadas, pois sabem que estas são apenas perversões, puras miragens pelas quais não vale a pena se perder. Estar na periferia, então, permite descobrir brechas nas zonas opacas e sintonizar na frequência temporal dos lentos, sem que as luminosidades excessivas possam ofuscar essa empreitada.

Agradecimentos

As autoras agradecem o apoio dado pelo CNPQ, Fapemig e Proex/UFMG.

Referências

- AGAMBEN, G. Profanações. São Paulo: Boitempo, 2007.
- ARANTES, P. F. Arquitetura na Era Digital-Financeira. São Paulo: 34, 2012.
- BAUMAN, Z. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- BOURDIEU, P. O campo político. Brasília: Revista Brasileira de Ciência Política, n.5, jan-jul, 2011.
- CANCLINI, N. G. Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EDUSP, 1997.
- CERTEAU, M. A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.
- DELEUZE, G. Foucault. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- HARDT, M.; NEGRI, A. Multidão. Guerra e democracia na era do Império. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- HISSA, C. E. V. Fronteiras entre ciência e saberes locais: arquiteturas do pensamento utópico. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 9., 2007, Porto Alegre. Los problemas del mundo actual: soluciones y alternativas desde la geografía y las ciencias sociales. Barcelona: Ed. Universidad de Barcelona; Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007. Não paginado. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/9porto/cahissa.htm>>. Acesso em: jun. 2012.
- FOUCAULT, M. História das Sexualidades. A Vontade de saber. Vol. I. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- LEFEBVRE, H. Metafilosofia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- LOPES, M. S. B. A poética do Construir. A Arquitetura da Construção. Dissertação (Mestrado em arquitetura) - Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFMG, Belo Horizonte, 2009.
- NASCIMENTO, D. M. A autoconstrução na produção do espaço urbano. In: Jupira Gomes de Mendonça; Heloísa Soares de Moura Costa. (Org.). Estado e capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro. 1ed. Belo Horizonte: C/Arte, 2011, p. 217-230.

_____. A edificação urbana como expressão da prática informacional. Análise do campo tectônico de Belo Horizonte. Tese (Doutorado em Ciência da Informação), Escola de Ciência da Informação da UFMG, Belo Horizonte, 2005. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/VALA-6KHH4P/doutorado__denise_morado_nascimento.pdf?sequence=1 > Acesso: julho de 2012

PELBART, P. Pr. Bárbaros e Ameríndios. Nov./ 2010. Disponível em: <<http://uninomade.net/tenda/barbaros-e-amerindios-em-mundobraz/>>. Acesso em: ago. 2012.

SANTOS, B. S. Por uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. Revista Crítica de Ciências Sociais, 63, 237-280, 2002. Disponível em: <http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Sociologia_das_ausencias_RCCS63.PDF> Acesso em: junho de 2012.

SANTOS, M. A natureza do espaço. São Paulo: EDUSP, 2008.

SANTOS, R. E. Arquitetos brasileiros do século XX. In: AR. Revista de Arquitetura, ensino e Cultura. Coronel Fabriciano, SEM DATA.

SERRES, M. O incandescente. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

STEVENS, G. O Círculo Privilegiado. Fundamentos sociais da distinção arquitetônica. Brasília: Universidade de Brasília, 2003.